


ENTRE A LEI 10.639/03 E A SALA DE AULA: DESAFIOS ESTRUTURAIS E DOCENTES NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR

BETWEEN LAW 10.639/03 AND THE CLASSROOM: STRUCTURAL AND TEACHER CHALLENGES IN IMPLEMENTING EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE SCHOOL CURRICULUM

 <https://doi.org/10.63330/armv2n6-005>

Submetido em: 08/06/2026 e Publicado em: 17/06/2026

Carina Maciel Novaes Baptista

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras
E-mail: carinamaciel2016@gmail.com

Jaqueline B. Cordeiro

Mestre em Educação - UERJ
Docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras
E-mail: line0993@gmail.com

Tainara Chagas Matschuck

Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inclusão – UFF
Docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras
E-mail: tainaramatschuck@gmail.com

Vitória do Nascimento Marins

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras
E-mail: vickmarins9@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os desafios da implementação da educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar à luz da Lei 10.639/03. Parte-se da hipótese de que tais entraves articulam-se à formação docente insuficiente, ao racismo estrutural e à permanência de um currículo eurocêntrico. Pesquisa qualitativa bibliográfico-documental, com análise de conteúdo temática a partir de autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, bell hooks, dentre outros. Resultados indicam fragilidade formativa, resistências institucionais e ausência de políticas curriculares efetivas. Conclui-se que a efetivação da lei exige reconfiguração crítica das bases epistemológicas do currículo escolar.

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais; Currículo escolar; Lei 10.639/03; Formação docente; Racismo estrutural.



ABSTRACT

This article analyzes the challenges of implementing education for ethnic-racial relations in the school curriculum in light of Law 10.639/03. It is based on the hypothesis that such obstacles are linked to insufficient teacher training, structural racism, and the persistence of a Eurocentric curriculum. This is a qualitative bibliographic-documentary research study, using thematic content analysis based on authors such as Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, and bell hooks, among others. The results indicate weaknesses in teacher education, institutional resistance, and the absence of effective curricular policies. It is concluded that the effective implementation of the law requires a critical reconfiguration of the epistemological foundations of the school curriculum.

Keywords: Education for ethnic-racial relations; School curriculum; Law 10.639/03; Teacher education; Structural racism.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é marcada por heranças históricas vinculadas à colonização, à escravidão e à constituição das desigualdades raciais que se mantêm no tempo. Durante séculos, a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros à cultura brasileira foi invisibilizada nos currículos escolares, reforçando perspectivas eurocêntricas na produção do conhecimento (Gomes, 2012). Assim, a promulgação da Lei nº 10.639/03 representa um marco no enfrentamento dessas desigualdades ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africana na educação básica. No entanto, a efetivação dessa legislação no cotidiano escolar ainda enfrenta entraves significativos.

Diante desse cenário, o presente estudo problematiza: quais são os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação da educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar? Parte-se da hipótese de que tais desafios estão relacionados à permanência de estruturas curriculares eurocentradas, que dificultam a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. Mais do que lacunas formativas, trata-se de obstáculos que evidenciam a permanência do racismo estrutural nas políticas curriculares e na organização escolar.

Compreende-se que os desafios enfrentados pelos professores podem estar relacionados a diferentes fatores presentes no contexto educacional. Entre eles, destaca-se a ausência de preparo específico dos docentes sobre educação para as relações étnico-raciais durante a formação inicial docente, a escassez de materiais pedagógicos que abordem de maneira adequada a história e cultura afro-brasileira e africana, além de dificuldades institucionais, mas também estruturais para inserir essa temática de forma permanente no currículo escolar.



Do ponto de vista teórico, o estudo compreende a escola não apenas como espaço de reprodução, mas também de produção de desigualdades raciais, exigindo uma análise crítica das práticas pedagógicas e das estruturas institucionais que sustentam o currículo escolar. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O corpus analítico foi constituído por produções acadêmicas, legislações e documentos institucionais relacionados à educação para as relações étnico-raciais.

A análise dos dados foi realizada por meio da abordagem de análise de conteúdo temático, permitindo a identificação de categorias centrais como formação docente, currículo, racismo estrutural e práticas pedagógicas. Essa abordagem possibilitou uma leitura crítica das recorrências e lacunas presentes na literatura, articulando os dados à problemática investigada.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação da educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar, evidenciando como o racismo estrutural se manifesta nas práticas pedagógicas e nas estruturas institucionais. Além disso, busca-se contribuir para o debate sobre a necessidade de uma formação docente crítica e comprometida com a diversidade, apontando caminhos para a construção de práticas educativas mais inclusivas e transformadoras. Conforme destaca Almeida (2019), compreender o racismo como elemento estrutural é fundamental para a elaboração de estratégias eficazes de enfrentamento no contexto educacional.

2 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A implementação da educação para as relações étnico-raciais ganhou maior destaque no cenário educacional brasileiro com a promulgação da Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, com o objetivo de valorizar a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira e combater práticas racistas no ambiente escolar. Posteriormente, a Lei nº 11.645/08 ampliou essa obrigatoriedade ao incluir também a história e cultura indígena, reforçando a importância da diversidade cultural no currículo escolar.

Essas leis constituem um marco fundamental para a construção de uma educação antirracista. Contudo, sua efetivação depende de formação docente qualificada, reorganização curricular e compromisso político das instituições educacionais. A educação para as relações étnico-raciais deve ser permanente, crítica e transformadora, exigindo não apenas o cumprimento da legislação, mas também mudanças efetivas nas práticas pedagógicas, no currículo escolar e no compromisso das instituições com a construção de uma educação antirracista.



Essas legislações representam avanços importantes na tentativa de promover uma educação mais democrática e comprometida com a valorização da diversidade cultural. De acordo com Munanga (2005), o reconhecimento da história e da cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar é fundamental para combater visões estereotipadas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, a inserção da temática das relações étnico-raciais no currículo escolar torna-se fundamental para promover uma educação comprometida com o respeito à diversidade e com a valorização da cultura afro-brasileira, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas (GOMES, 2012).

A inserção dessa temática no currículo ainda ocorre, em muitos casos, de forma pontual e desarticulada revelando limites na consolidação de práticas pedagógicas contínuas e estruturadas.

Gomes defende que a escola tem um papel fundamental no combate ao racismo e na valorização da diversidade cultural. Para ela, não basta apenas falar sobre igualdade; é necessário incluir de forma real no currículo escolar conteúdos que abordem a história, a cultura e as contribuições da população negra para a sociedade brasileira, compreendendo o racismo estrutural como um fenômeno histórico e social que se manifesta nas instituições e nas práticas cotidianas, influenciando desigualdades e impactando diretamente o ambiente escolar.

Um dos principais desafios para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais está relacionado à formação inicial dos professores. Muitos cursos de licenciatura ainda não contemplam de forma consistente discussões sobre relações étnico-raciais, o que pode gerar insegurança pedagógica e a reprodução de práticas superficiais no ambiente escolar, problema que não se limita ao ensino superior, mas se estende à educação básica, onde essas lacunas formativas acabam sendo reproduzidas no cotidiano escolar o que compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas à valorização da diversidade. Conforme destaca Gomes (2012), a formação de professores precisa incluir reflexões sobre identidade, diversidade e relações raciais, possibilitando uma atuação pedagógica mais crítica e consciente.

Freire (2020) ressalta que a prática educativa exige reflexão constante sobre a realidade social, o que reforça a importância da formação continuada como elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente. Nessa mesma perspectiva, hooks (2013) compreende a educação como uma prática de liberdade, na qual o ensino deve estimular a consciência crítica dos sujeitos e promover a transformação social. Assim, a atuação docente não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve um posicionamento crítico diante das desigualdades presentes no contexto educacional.

3 RESISTÊNCIAS INSTITUCIONAIS, PRÁTICAS DO RACISMO ESTRUTURAL

Um dos principais desafios relacionados à implementação da educação para as relações étnico-raciais refere-se às resistências institucionais presentes no contexto escolar. Muitas escolas ainda não



incorporam de forma efetiva essa temática em seus currículos, tratando-a de maneira pontual ou superficial. Além das dificuldades relacionadas à formação docente, observa-se que as resistências institucionais também se manifestam na organização escolar, especialmente na ausência de políticas efetivas que garantam a inserção permanente da temática no currículo.

A formação docente constitui um dos principais eixos de análise no que se refere à implementação da educação para as relações étnico-raciais. Observa-se que muitos cursos de licenciatura ainda não contemplam de forma consistente essa temática, o que resulta em insegurança pedagógica e abordagens superficiais no ambiente escolar.

Além disso, a formação continuada apresenta-se como elemento essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais críticas. Nesse contexto, a atuação docente exige não apenas domínio de conteúdos, mas também posicionamento ético e político diante das desigualdades raciais. Conforme destaca Djâmila Ribeiro (2019), a construção de práticas antirracistas implica o reconhecimento das posições sociais e das vozes historicamente silenciadas, o que demanda uma atuação pedagógica consciente e comprometida.

Nesse sentido, o problema não se limita à atuação do professor, mas envolve também a estrutura e a gestão das instituições de ensino. A formação docente, portanto, torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas mais críticas e inclusivas. Conforme aponta Gomes (2012), é essencial que a formação de professores considere a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, promovendo reflexões sobre identidade, racismo e desigualdades sociais.

Essa perspectiva dialoga com Ribeiro (2019), ao enfatizar a necessidade de reconhecer as vozes historicamente silenciadas, o que exige uma prática pedagógica comprometida com a equidade. Além disso, ao compreender o racismo como estruturante das relações sociais, como propõe Almeida (2019), evidencia-se que a escola não apenas reproduz desigualdades, mas também pode atuar na sua transformação.

O racismo estrutural constitui um dos principais fatores que dificulta a efetivação da educação para as relações étnico-raciais no ambiente escolar. Diferentemente de atitudes individuais, ele está presente nas estruturas sociais e institucionais, influenciando comportamentos, práticas e oportunidades de forma muitas vezes invisível.

Nesse sentido, observa-se que o racismo não se manifesta apenas por meio de ações explícitas, mas também através de padrões históricos que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. De acordo com Silva e Dias (2022), o racismo deve ser compreendido como um fenômeno histórico e social que organiza desigualdades e impacta diretamente diferentes espaços, incluindo a escola.

Esse fenômeno está profundamente enraizado nas relações sociais, influenciando práticas e comportamentos que se refletem diretamente no ambiente educacional, contribuindo para a manutenção das desigualdades históricas. Conforme apresentado em material institucional da Ordem dos Advogados do



Brasil – Seccional Distrito Federal (OAB/DF, 2021), o racismo estrutural se reproduz por meio de práticas e comportamentos que muitas vezes passam despercebidos, o que dificulta seu enfrentamento.

No contexto educacional, essa estrutura se reflete na ausência de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira, na baixa representatividade negra nos materiais didáticos e na reprodução de estereótipos dentro da escola. Práticas aparentemente neutras, como seleção de conteúdos, critérios avaliativos e organização curricular, podem contribuir para a manutenção de hierarquias raciais. Conforme argumenta Kilomba (2019), o racismo opera por meio de processos de apagamento e silenciamento de determinadas experiências, o que se reflete diretamente na ausência de narrativas negras nos currículos escolares. Tais fatores contribuem para a manutenção das desigualdades raciais e evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas. Entre essas manifestações, podem ser destacadas a predominância de materiais didáticos centrados em referências brancas, a punição seletiva que recai de forma mais intensa sobre estudantes negros, as baixas expectativas em relação ao desempenho desses alunos por parte de profissionais da educação, além da permanência de um currículo eurocentrado e do silenciamento de práticas religiosas de matriz africana no ambiente escolar. Conforme aponta Almeida (2019), o racismo estrutural se manifesta de forma difusa nas instituições, operando por meio de práticas naturalizadas que reforçam desigualdades mesmo na ausência de intenções explícitas.

Dessa forma, compreender o racismo estrutural é fundamental para que a escola possa desenvolver ações efetivas no combate às desigualdades e na promoção de uma educação mais justa e democrática, porque o racismo se manifesta não apenas em ações explícitas, mas também em silenciamentos e ausências.

A educação antirracista surge como uma proposta essencial para enfrentar as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Mais do que atender a uma exigência legal, ela busca promover mudanças nas práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental, pois é um espaço de formação social e cultural. De acordo com Gomes (2012), a valorização da diversidade no ambiente escolar é indispensável para combater visões estereotipadas e promover a inclusão. Assim, não basta apenas reconhecer a existência do racismo, sendo necessário desenvolver práticas que enfrentem essa realidade no cotidiano educacional.

Além disso, a educação antirracista envolve a inserção de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira e africana, promovendo o respeito às diferenças. Conforme discutido por Silva e Dias (2022), o debate sobre o racismo no ambiente escolar contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Portanto, a implementação dessa abordagem deve ocorrer de forma contínua, integrando o currículo escolar e não se limitando a datas específicas, o que fortalece o processo de construção de uma educação mais inclusiva.



No entanto, ainda existem desafios relacionados à formação docente. Conforme discutido no presente artigo, segundo Gomes (2012), muitos professores não recebem formação adequada para trabalhar a temática das relações étnico-raciais, o que pode resultar em abordagens superficiais no ambiente escolar.

Dessa forma, a formação continuada torna-se essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas. Além disso, o professor deve atuar como mediador de conflitos, incentivando o diálogo e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais respeitoso.

A educação antirracista deve ser compreendida como um projeto político-pedagógico que ultrapassa o cumprimento de exigências legais. Trata-se de uma proposta que visa à transformação das práticas educativas e das estruturas que sustentam as desigualdades raciais. Nesse sentido, a escola desempenha papel fundamental na formação de sujeitos críticos, sendo necessário desenvolver práticas que promovam o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento do racismo no cotidiano escolar

A educação possui um papel fundamental na transformação social, sendo um dos principais instrumentos para o enfrentamento das desigualdades. Nesse sentido, a escola deve ir além da transmissão de conteúdos, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes. Segundo Freire (2020), a educação deve estar comprometida com a realidade social dos indivíduos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade.

A educação antirracista, conforme aponta Gomes (2012), ultrapassa a simples oposição ao preconceito, envolvendo também o reconhecimento e a valorização dos saberes e das culturas afro-brasileiras e africanas no currículo escolar. Dessa forma, a educação para as relações étnico-raciais deve ser entendida como um processo contínuo, que envolve não apenas a escola, mas toda a sociedade.

4 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Os entraves à implementação da educação para as relações étnico-raciais não se limitam à dimensão pedagógica, estando profundamente relacionados à organização institucional e curricular das escolas.

Mesmo diante dos avanços legais, os desafios para a implementação de práticas antirracistas revelam a complexidade do tema no cotidiano escolar, evidenciando que as dificuldades não são apenas pedagógicas, mas também estruturais e culturais. Entre eles, destacam-se a falta de formação adequada dos professores, a escassez de materiais didáticos e a resistência institucional.

Nesse contexto, Gomes (2012) aponta que a ausência de preparo docente dificulta a abordagem crítica das relações étnico-raciais, contribuindo para a manutenção de práticas pedagógicas limitadas. Além disso, muitas escolas ainda tratam o tema de forma pontual, o que compromete a efetividade dessas ações.

A permanência de uma lógica curricular eurocêntrica evidencia que o conhecimento escolar não é neutro, mas resultado de disputas históricas e políticas. Nesse sentido, a ausência de conteúdos que



valorizem a cultura afro-brasileira revela uma estrutura que privilegia determinadas narrativas em detrimento de outras.

Outro aspecto relevante é a dificuldade em reconhecer o racismo como um fenômeno estrutural. Conforme discutido por Silva e Dias (2022), o racismo muitas vezes é invisibilizado no cotidiano escolar, sendo tratado como situações isoladas, o que impede a adoção de medidas mais eficazes para o seu enfrentamento.

Diante disso, torna-se necessário que as instituições de ensino assumam um compromisso mais consistente com a educação antirracista, promovendo mudanças no currículo e nas práticas pedagógicas. A escola, portanto, configura-se como um espaço de disputa simbólica, no qual se definem quais saberes são legitimados e quais são marginalizados.

Para que a educação para as relações étnico-raciais seja efetiva, é necessário adotar estratégias que promovam mudanças concretas no ambiente escolar. Entre as principais propostas, destaca-se a inclusão permanente dessa temática no currículo, de forma integrada às diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, o investimento na formação continuada dos professores é fundamental para garantir práticas pedagógicas mais inclusivas. Segundo Freire (2020), a educação deve estar voltada para a transformação social, o que exige uma atuação crítica por parte dos educadores.

Outro ponto importante refere-se à utilização de materiais didáticos que valorizem a diversidade cultural, contribuindo para a construção de uma identidade mais positiva entre os estudantes. De acordo com Saviani (2020), a escola deve assumir um papel ativo na formação cidadã, promovendo reflexões sobre as desigualdades sociais.

O reconhecimento da contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira é essencial para combater visões estereotipadas e construir uma educação mais inclusiva, conforme destaca Munanga (2005). Nesse sentido, a lei 10.639/03 não apenas amplia conteúdos curriculares, mas também propõe uma mudança na forma como a história e a cultura são abordadas na escola.

Entretanto, conforme discutido no presente artigo, a implementação dessa legislação ainda enfrenta dificuldades, especialmente no que diz respeito à formação docente e à reorganização curricular.

5 O CURRÍCULO ESCOLAR E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

O currículo escolar desempenha um papel fundamental na construção de conhecimentos e na formação de identidades. Deve ser compreendido como um instrumento de construção social, capaz de influenciar diretamente a forma como os estudantes percebem a diversidade e as relações raciais.

Além disso, a ausência dessa abordagem contribui para a invisibilização da cultura afro-brasileira, reforçando padrões eurocêntricos na educação. Dessa forma, a revisão do currículo escolar torna-se essencial para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.



A representatividade é um elemento essencial para a construção da identidade dos estudantes. Quando os alunos se reconhecem nos conteúdos e nas práticas escolares, há um fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento.

De acordo com Silva e Dias (2022), a presença de referências positivas da cultura negra contribui para a valorização da identidade e para o combate ao preconceito. Por outro lado, a ausência dessa representatividade pode reforçar estereótipos e desigualdades. Dessa forma, a escola deve promover práticas que valorizem a diversidade cultural, contribuindo para uma educação mais inclusiva.

Segundo Gomes (2012), a inclusão da temática étnico-racial no currículo deve ocorrer de maneira transversal, integrando diferentes áreas do conhecimento. Isso significa que a abordagem não deve se restringir a disciplinas específicas ou a momentos pontuais, mas fazer parte do cotidiano escolar.

O racismo no ambiente escolar não afeta apenas as relações sociais, mas também o processo de aprendizagem dos estudantes. Situações de discriminação podem gerar impactos emocionais e psicológicos, comprometendo o desempenho escolar e a permanência dos alunos na escola. Essa realidade pode contribuir para o afastamento dos alunos das atividades escolares, dificultando sua participação e comprometendo seu desenvolvimento integral. Nesse contexto, torna-se fundamental que a escola desenvolva estratégias para enfrentar essas questões, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo.

A compreensão do racismo estrutural exige uma análise que ultrapasse comportamentos individuais, considerando sua relação com as estruturas de poder presentes na sociedade. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição social, não está isenta dessas dinâmicas, reproduzindo, muitas vezes, desigualdades historicamente construídas. Almeida (2019) defende que, o racismo não é um fenômeno isolado, mas sim um elemento que organiza as relações sociais, influenciando diretamente o funcionamento das instituições.

Além disso, o currículo escolar também pode ser compreendido como um espaço de disputa de poder. Conforme aponta Apple (2006), o conhecimento escolar não é neutro, sendo influenciado por interesses sociais e políticos. A ausência de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira reflete uma estrutura que historicamente privilegiou determinadas narrativas em detrimento de outras. Apple defende que estudou as relações e conexões conhecimento, ensino e poder no campo da educação e devido a isso, sustenta a ideia de que há um conjunto muito real de relações entre quem, de um lado, tem poder econômico, político e cultural na sociedade e, de outro, os modos pelos quais se pensa, organiza e avalia a educação.

Compreender a relação entre racismo estrutural e poder nas instituições educacionais é fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais críticas e inclusivas, capazes de promover a equidade no ambiente escolar.

As políticas educacionais desempenham um papel essencial na promoção da equidade racial, sendo fundamentais para a redução das desigualdades presentes no sistema de ensino. Nesse sentido, a



implementação de legislações como a Lei nº 10.639/03 representa um avanço importante, mas ainda insuficiente diante das complexidades do racismo estrutural.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) nos explica que, a educação para as relações étnico-raciais deve ser compreendida como uma política pública contínua, que exige ações articuladas entre formação docente, currículo e práticas pedagógicas. A efetivação dessas políticas depende do comprometimento das instituições de ensino e da atuação dos profissionais da educação, sendo necessário superar práticas pontuais e desenvolver ações permanentes.

A construção de uma educação mais equitativa exige não apenas a existência de leis, mas também a sua efetiva implementação no cotidiano escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises desenvolvidas, foi possível compreender que os desafios presentes no ambiente escolar estão relacionados não apenas a aspectos pedagógicos, mas também à organização institucional e às condições estruturais da educação. Em muitas instituições, essa temática é abordada apenas de forma pontual, especialmente em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, sem que haja uma integração efetiva ao currículo escolar. Segundo Saviani (2020), a escola deve assumir um papel social importante na formação crítica dos estudantes, contribuindo para a construção de uma educação democrática que possibilite a reflexão sobre as desigualdades presentes na sociedade.

Fica destacado que o enfrentamento do racismo no ambiente escolar exige uma atuação integrada, envolvendo práticas pedagógicas, reflexão crítica e compromisso coletivo por parte das instituições de ensino. Nesse sentido, também foram evidenciados os desafios existentes na implementação dessas ações, como a falta de formação adequada e a resistência institucional, reforçando a necessidade de propostas concretas que promovam mudanças no currículo escolar e nas práticas educativas.

Reforça-se que a construção de uma educação antirracista exige não apenas mudanças pedagógicas, mas também transformações nas estruturas sociais que sustentam as desigualdades, sendo a escola um espaço fundamental nesse processo. Além disso, observa-se que o racismo no ambiente escolar impacta diferentes dimensões da experiência educativa, interferindo tanto nas relações sociais quanto no desenvolvimento dos estudantes, o que reforça a importância de práticas pedagógicas mais inclusivas. A formação docente não deve ser compreendida apenas como aquisição de conteúdos, mas como um processo contínuo de reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, torna-se essencial que os professores desenvolvam competências que possibilitem a abordagem das relações étnico-raciais de maneira mais aprofundada e contextualizada no ambiente escolar. Os entraves identificados como formação docente insuficiente, resistências institucionais e permanência de uma lógica curricular eurocêntrica revelam que a



consolidação de uma educação antirracista demanda mudanças estruturais e não apenas adequações pontuais.

Nesse sentido, compreende-se que o conhecimento transmitido na escola não é neutro, sendo necessário questionar quais narrativas são valorizadas e quais são historicamente silenciadas. Ao mesmo tempo, destaca-se que as políticas educacionais voltadas para a equidade racial, como a Lei nº 10.639/03, representam avanços importantes, mas ainda demandam efetiva implementação no cotidiano escolar. Dessa forma, reforça-se que a construção de uma educação comprometida com as relações étnico-raciais exige não apenas a existência de legislações, mas também ações contínuas e articuladas entre formação docente, currículo e práticas pedagógicas.

Conclui-se que a construção de uma educação comprometida com as relações étnico-raciais exige a reconfiguração das práticas pedagógicas e das bases epistemológicas que orientam o ensino, de modo a enfrentar, de forma crítica e contínua, as desigualdades raciais historicamente produzidas.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/03, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação para as relações étnico-raciais: reflexões e práticas. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL (OAB/DF). Racismo estrutural e o sistema de justiça. Brasília: OAB/DF, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

SILVA, Mozart Linhares da; DIAS, Luiza Franco (org.). 21 textos para discutir racismo em sala de aula. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais no Brasil. Brasília: MEC, 2007.